

Relatório e Contas do Exercício de 2001 Cimpor Holding

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(milhares de euros)

			2001		2000				
	Notas	ACTIVO	AMORT.PROV.	ACTIVO	ACTIVO		Notas	2001	2000
		BRUTO	ACUMUL.	LÍQUIDO	LÍQUIDO				
ACTIVO					CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
IMOBILIZADO:					CAPITAL PRÓPRIO				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:									
Despesas de Instalação	50	155,5	155,5	-	-	Capital	40	672.000,0	672.000,0
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	50	12.801,2	12.776,3	24,9	118,3	Ações Próprias	40	(5.249,6)	(8.690,2)
		12.956,7	12.931,8	24,9	118,3	Valor Nominal	40	(11.549,2)	(19.071,0)
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:									
Terenos e Recursos Naturais	50	2.409,4	-	2.409,4	2.409,4	Descontos e Prêmios	40		
Edifícios e Outras Construções	50	9.657,5	4.368,9	4.288,6	4.394,0	Ajustamentos de Partes de Capital em	40		
Equipamento Básico	50	5.211,2	4.938,7	272,5	393,4	Empresas Filiais e Associadas	40	34.414,0	80.545,4
Equipamento de Transporte	50	744,8	455,0	289,8	348,2	Reservas de Reavaliação	40	2.064,0	2.142,1
Equipamento Administrativo	50	5.791,2	5.176,2	615,0	734,9	Reserva Legal	40	51.400,0	43.800,0
Imobilizações em Curso	50	69,5	-	69,5	116,1	Outras Reservas	40	174.033,5	173.437,5
		22.883,6	14.938,8	7.944,8	8.386,0	Resultados Transmigrados	40	36.134,5	35.273,2
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					SUBTOTAL				
Partes Capital Emp. do Grupo	50	1.373.593,0	-	1.373.593,0	486.050,3	Resultado Líquido do Exercício	40	963.247,2	979.437,0
Empréstimos a Empresas do Grupo	50	484.882,3	-	484.882,3	482.231,6	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.091.075,8	1.131.438,2
Títulos e Outras Ap. Financeiras	34/50	4.124,4	4.050,9	73,5	4.090,2				
		1.862.599,7	4.050,9	1.858.548,8	1.862.372,1				
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					PASSIVO:				
Cientes de Cobrança Duvidosa	34	5.970,4	6.970,4	-	-	PROVISÕES POR RISCOS E ENCARGOS:			
Empresas do Grupo	16	5.868,0	-	5.868,0	7.001,9	Provisões para Outros Riscos Enc.	34	31.663,3	2.385,5
Outros Acredores	34	282,9	282,9	-	-			31.663,3	2.385,5
Outros Devedores	34	1.328,0	612,0	716,0	705,9	DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
	23	15.449,3	7.865,3	7.584,0	7.708,8	Dívidas a Instit. de Crédito	51	1.247,0	1.870,5
CIRCULANTE:					DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:				
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					Dívidas a Instit. de Crédito				
Empresas do Grupo	16	11.783,2	-	11.783,2	25.880,2		51	120.805,4	127.076,3
Adiantamentos a Fornecedores		12,0	-	12,0	4,3	Adiantamentos por conta de vendas		0,4	-
Adiantamentos a Fornecedores Imob.		2,7	-	2,7	2,7	Fornecedores c/c		334,3	293,1
Estado e Outros Entes Públicos		42.925,5	-	42.925,5	4.251,8	Fornecedores - Fact. em Rec. e Conf.		3,7	1,2
Outros Devedores		375,6	-	375,6	551,5	Empresas do Grupo	16	309.504,4	408.959,8
		55.099,0	-	55.099,0	30.689,5	Empresas Participadas e Participantes		-	0,2
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:					Outros Acredores				
Depósitos Bancários		681,6	-	681,6	302,6			0,1	0,1
Caixa		-	-	-	0,2	Fornecedores do Imob. - c/c	16	368.017,2	368.038,8
		681,6	-	681,6	302,8	Estado e Outros Entes Públicos		5.419,5	4.724,0
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS:					Outros Credores				
Custos Diferidos		2.799,9	-	2.799,9	19.895,0			441,6	411,2
		2.799,9	-	2.799,9	19.895,0			804.528,6	909.504,7
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES					ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS				
			27.870,6			Acréscimos de Custos		3.709,9	3.059,0
TOTAL DE PROVISÕES			11.916,2			Projetos Diferidos		460,4	1.225,6
TOTAL DO ACTIVO		1.972.469,8	39.796,8	1.932.683,0	2.049.483,5			4.170,3	4.284,6
					TOTAL DO PASSIVO				
					TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
					841.607,2				
					1.932.683,0				
					2.049.483,5				

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

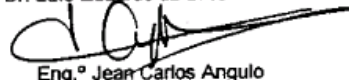
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(milhares de euros)

	Notas	2001	2000
CUSTOS E PERDAS			
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		4.821,9	8.242,3
CUSTOS COM O PESSOAL:			
Remunerações		7.467,6	5.953,7
Encargos Sociais:			
Pensões		148,0	860,6
Outros		3.249,6	1.814,1
AMORTIZAÇÕES DO IMOB.CORP.E INCORPÓREO	50	668,2	1.236,0
PROVISÕES		668,2	1.236,0
IMPOSTOS		140,2	125,9
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		81,5	77,7
(A)		16.577,0	18.310,3
PERDAS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOC.	45	29.785,8	47.714,0
JUROS E CUSTOS SIMILARES:			
Relativos a Empresas do Grupo		35.625,8	34.177,0
Outros	45	15.603,8	20.844,1
(C)		97.592,4	121.045,4
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIOS	46	746,0	4.984,0
(E)		98.338,4	126.029,4
IMPOSTO S/RENDIMENTO DO EXERCÍCIO		(29.743,9)	(31.502,9)
(G)		68.594,5	94.526,5
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		137.828,6	152.001,2
		206.423,1	246.527,7
PROVEITOS E GANHOS			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	16/44	10.322,0	10.322,0
PROVEITOS SUPLEMENTARES	16	533,5	594,6
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO			199,1
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS		533,5	793,7
(B)		10.855,5	12.225,4
GANHOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOC.	45	179.217,7	215.847,2
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES:			
Relativos a Empresas do Grupo		8.557,0	3,5
Outros	45	6.794,9	11.369,5
(D)		205.425,1	227.220,2
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	46	998,0	7.082,1
(F)		206.423,1	246.527,7
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A) =		(5.721,5)	(6.084,9)
RESULTADOS FINANCEIROS: (D-B)-(C-A) =		113.554,2	124.485,1
RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C) =		107.832,7	118.400,2
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS: (F)-(E) =		108.084,7	120.498,3
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: (F)-(G) =		137.828,6	152.001,2

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Presidente)

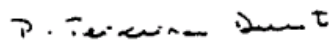
Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa



Eng.º Jean Carlos Angulo



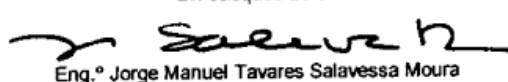
Eng.º Luís Filipe Sequeira Martins



Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Jacques Lefèvre



Eng.º Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura



Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. José Alfredo de Almeida Honório
nomeado pela SECILPAR, S.L.

Nos termos do artigo 65.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se que o Dr. José de Almeida Honório, nomeado para exercício do cargo em nome próprio pela Secilpar, S.L., Sociedad Unipersonal, tendo votado contra o relatório de gestão e contas e apresentado declaração de voto, declarou também recusar a sua assinatura por falta de informação e por discordar do teor do n.º 4 do Capítulo I do Relatório e Contas Consolidados do Exercício de 2001.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(milhares de euros)

	Exercícios	
	2001	2000
Vendas e prestações de serviços	10.322	11.432
Resultados brutos	10.322	11.432
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.504	793
Custos administrativos	(16.355)	(18.310)
Outros custos e perdas operacionais	(302)	-
Resultados operacionais	(4.831)	(6.085)
Custo líquido de financiamento	(45.629)	(45.240)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	149.432	168.133
Ganhos (perdas) em outros investimentos	3.802	-
Resultados financeiros não frequentes	5.311	1.592
Resultados correntes	108.085	118.400
Impostos sobre os resultados correntes	29.744	30.955
Resultados correntes após impostos	137.829	149.355
Resultados extraordinários	-	2.098
Impostos sobre os resultados extraordinários	-	548
Resultados líquidos	137.829	152.001
Resultados por acção (euros)	1,03	1,15

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

	(milhares de euros)	
	2001	2000
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de Clientes	160	(77)
Pagamentos a Fornecedores	(4.793)	(8.419)
Pagamentos ao Pessoal	(11.696)	(9.781)
FLUXO GERADO PELAS OPERAÇÕES	(16.329)	(18.277)
Movimento Líquido do Imposto Sobre o Rendimento	11.321	34.627
Outros Recebim./Pagamentos Relativos à Actividade Operacional	9.928	7.841
FLUXOS GERADOS ANTES DAS RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS	4.920	24.191
Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	82	61
Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	(81)	(1.586)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)	4.921	22.666
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Investimentos Financeiros	67.828	47.397
Imobilizações Corpóreas	77	128
Juros e Proveitos Similares	5.622	9.147
Dividendos	147.269	115.446
	220.796	172.118
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Investimentos Financeiros	2.330	477.728
Imobilizações Corpóreas	281	379
Imobilizações Incorpóreas	-	75
	2.611	478.182
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	218.185	(306.064)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Empréstimos	326.148	1.089.615
Venda de Acções Próprias	10.967	30.295
Outros	8.500	683.228
	345.615	1.803.138
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Empréstimos	333.702	1.094.849
Juros e Custos Similares	50.732	41.751
Dividendos	83.663	70.807
Pagamento de IRC/ ISD sobre Dividendos	6.945	5.050
Aquisição de Acções Próprias	-	4.466
Outros	93.300	302.784
	568.342	1.519.707
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	(222.727)	283.431
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1)+(2)+(3)	379	33
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	303	270
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	682	303

HA [Signature] [Signature] [Signature] [Signature]

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 45

REGISTO NA CMVM n.º 232

NIPC 501 829 288

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, que evidencia um total de 1.932.683 milhares de Euro e capitais próprios de 1.091.076 milhares de Euro, incluindo um resultado líquido de 137.829 milhares de Euro, as demonstrações de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a sua posição financeira, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, sobre aquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado e os relatórios de auditoria emitidos por outros auditores sobre as demonstrações financeiras de empresas participadas, proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

- 2 -

4. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística nº 9, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a elaborar e aprovar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos (incluindo-se os interesses minoritários) em 996.422 milhares de Euro e os proveitos em 1.289.132 milhares de Euro.

Opinião

5. Em nossa opinião, com base no exame efectuado e nos relatórios de auditoria emitidos por outros auditores, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 foram examinadas por outros Revisores Oficiais de Contas e a respectiva opinião sobre as mesmas, contida na Certificação Legal das Contas datada de 19 de Março de 2001, não contém quaisquer reservas.

Lisboa, 15 de Abril de 2002



FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS – SROC
Representada por Carlos Pereira Freire

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da **CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2001. (que evidencia um total de 1.932.683 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.091.076 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 137.829 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 As demonstrações financeiras de algumas filiais e associadas, incluídas nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, foram examinadas por outros auditores.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame destas demonstrações financeiras e nas opiniões expressas pelos auditores daquelas filiais e associadas.

Âmbito

5 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

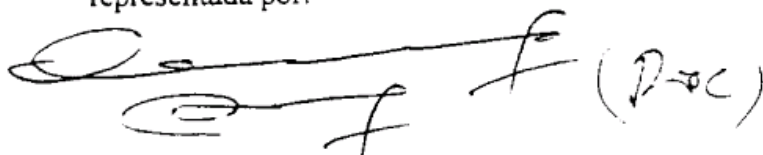
7 Entendemos que o exame efectuado e as opiniões expressas por outros auditores proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

8 Em nossa opinião, com base no exame efectuado e nas opiniões expressas por outros auditores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2001, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 12 de Abril de 2002

Bernardes, Simeiro & Associados, S.R.O.C.
representada por:

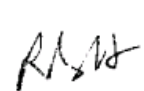


Carlos Marques Bernardes, R.O.C.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

		2001		(milhares de euros)	
		2000			
	NOTAS	ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROV. ACUMUL.	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ACTIVO					
IMOBILIZADO:					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de instalação	27	5.352,3	2.986,8	2.365,5	1.551,6
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	27.064,3	26.694,7	369,6	4.009,2
Propriedade ind. e outros direitos	27	7.948,0	3.421,4	4.526,6	4.735,2
Imobilizações em curso	27	594,5	-	594,5	1.210,5
Diferenças de consolidação	10, 27	995.633,9	230.692,8	764.941,1	982.304,6
		1.036.593,0	263.795,7	772.797,3	993.811,1
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terenos e recursos naturais	27, 42	215.745,9	28.846,1	186.899,8	168.055,0
Edifícios e outras construções	27, 42	1.127.470,5	772.047,9	355.422,6	336.515,8
Equipamento básico	27, 42	2.576.528,5	2.003.029,7	573.498,8	409.375,1
Equipamento de transporte	27, 42	77.288,2	61.832,1	15.456,1	16.685,4
Ferramentas e utensílios	27, 42	6.902,9	5.020,0	1.882,9	1.463,1
Equipamento administrativo	27, 42	42.062,5	30.446,8	11.615,7	11.288,7
Taras e vasilhame	27, 42	134,2	115,8	18,4	25,5
Outras imobilizações corpóreas	27, 42	6.347,6	4.596,5	1.751,1	1.363,6
Imobilizações em curso	27	111.664,1	-	111.664,1	97.527,3
Adiant. p/conta de imobiliz. corpóreas	27	21.481,7	-	21.481,7	12.273,8
		4.185.626,1	2.905.934,9	1.279.691,2	1.054.573,3
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes capital empresas associadas	27	11.317,4	-	11.317,4	4.594,4
Empréstimos a empresas associadas	27	-	-	-	8.200,0
Partes capital em outras emp. participadas	27, 46	101.429,5	1.849,0	99.580,5	40.086,0
Empréstimos a outras emp. participadas	27, 46	773,2	753,3	19,9	841,3
Títulos e outras aplicações financeiras	27, 46	20.812,8	6.167,3	14.645,5	22.787,0
Outros empréstimos concedidos	27	118,4	-	118,4	102,6
Imobilizações em curso	27	361,0	-	361,0	362,8
Adiant. p/conta de invest. financeiros	27	-	-	-	1.704,5
		134.812,3	8.769,6	126.042,7	78.678,6
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:					
Clientes de cobrança duvidosa		12.041,0	11.898,1	142,9	189,3
Empresas associadas		7.691,7	-	7.691,7	170,4
Empresas participadas e participantes		9.174,9	-	9.174,9	1.974,9
Outros accionistas		282,9	282,9	-	-
Estado e outros entes públicos		2.249,7	-	2.249,7	2.163,4
Outros devedores		5.091,8	647,7	4.444,1	5.641,0
	46	36.532,0	12.828,7	23.703,3	10.139,0
CIRCULANTE:					
EXISTÊNCIAS:					
Matérias-primas, subprod., e de consumo		118.505,6	15.968,8	102.536,8	93.569,0
Produtos e trabalhos em curso		24.985,4	748,4	24.237,0	21.354,7
Subprod., desperdícios, etc.		56,3	18,3	38,0	44,8
Produtos acabados e intermédios		12.543,5	2.285,3	10.258,2	9.657,5
Mercadorias		11.321,9	1.840,6	9.481,3	16.278,0
Adiantamentos p/conta de compras		778,9	-	778,9	1.000,5
	46	168.191,6	20.861,4	147.330,2	141.904,5
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:					
Clientes, c/c		204.014,1	1.041,2	202.972,9	184.171,1
Clientes - Títulos a receber		3.901,3	9,2	3.892,1	4.670,6
Clientes de cobrança duvidosa		42.659,2	39.987,9	2.671,3	1.879,5
Empresas associadas		619,5	-	619,5	918,4
Empresas participadas e participantes		644,7	-	644,7	748,3
Adiantamentos a fornecedores		1.406,7	-	1.406,7	1.180,8
Adiantam. forneced. imobilizado		73,0	-	73,0	7,6
Estado e outros entes públicos		54.064,4	-	54.064,4	12.814,0
Outros devedores		20.936,8	614,2	20.322,6	21.518,9
Subscritores de capital		-	-	-	4,5
	46	328.319,7	41.652,5	286.667,2	227.913,7
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:					
Outros títulos negociáveis		8.232,5	-	8.232,5	6.015,6
Outras aplicações tesouraria		101.863,9	-	101.863,9	33.775,8
		110.096,4	-	110.096,4	39.791,4
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:					
Depósitos bancários		70.975,1	-	70.975,1	147.250,7
Caixa		526,5	-	526,5	295,4
		71.501,6	-	71.501,6	147.546,1
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:					
Acréscimos de proveitos		2.234,1	-	2.234,1	1.201,0
Custos diferidos		109.040,5	-	109.040,5	141.659,2
		111.274,6	-	111.274,6	142.860,2
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			3.169.730,6		
TOTAL DE PROVISÕES			84.112,2		
TOTAL DO ACTIVO		6.182.947,3	3.253.842,8	2.929.104,5	2.837.217,9



BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000			
	NOTAS	2001	2000
(milhares de euros)			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	50, 51	672.000,0	672.000,0
Acções próprias:			
Valor nominal	51	(5.249,6)	(8.690,2)
Descontos e prémios	51	(11.549,2)	(19.071,0)
Diferenças de consolidação	51	(13.541,4)	(13.541,4)
Ajust. de part. de capit. em filiais e assoc.		815,8	3.179,7
Reservas de reavaliação	42	93.720,0	110.692,6
Reserva legal	51	51.400,0	43.800,0
Reserva de conversão cambial	51	(136.489,4)	(48.184,1)
Outras reservas	51	173.534,4	172.938,4
Resultados transitados	51	128.606,6	66.313,1
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	51	137.828,6	152.001,2
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.091.075,8	1.131.438,2
INTERESSES MINORITÁRIOS	53	111.461,7	100.659,3
PASSIVO:			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Provisões para impostos		18.277,3	18.783,6
Outras provisões para riscos e encargos		37.530,4	37.909,6
	46	55.807,7	56.693,2
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:			
Empréstimos por obrigações			
Convertíveis	57	-	7.322,3
Não convertíveis	57	-	217,3
Dívidas a instituições de crédito	57	659.283,5	652.913,5
Fornecedores, c/c		-	2,1
Empresas participadas e participantes		1.670,4	-
Outros accionistas		-	110,7
Outros empréstimos obtidos	57	9.159,6	2.065,9
Fornecedores de imobilizado, c/c		2.225,0	2.494,0
Estado e outros entes públicos		8,0	23,1
Outros credores		461,2	673,5
		672.807,7	665.822,4
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:			
Empréstimos por obrigações			
Convertíveis	57	7.339,6	43,6
Não convertíveis	57	381,6	883,3
Dívidas a instituições de crédito	57	561.355,7	578.985,0
Adiantamentos p/c de vendas		1.510,5	6.272,3
Fornecedores, c/c		116.160,2	86.173,5
Fornecedores-fact. em recep. e conferência		3.259,2	2.258,0
Fornecedores - títulos a pagar		23.249,8	17.999,9
Fornecedores de imobilizado - tit. a pagar		4.234,0	6.126,4
Empresas associadas		653,8	604,5
Empresas participadas e participantes		24,9	383,5
Outros accionistas		1.962,0	1.437,2
Adiantamentos de clientes		607,8	671,2
Outros empréstimos obtidos	57	1.563,4	1.371,9
Fornecedores de imobilizado - c/c		31.403,1	17.602,9
Estado e outros entes públicos		42.624,8	52.348,9
Outros credores		16.717,1	10.975,6
		813.047,5	784.137,9
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acrescimos de custos		180.458,8	91.439,2
Proveitos diferidos		4.445,3	7.027,7
		184.904,1	98.466,9
TOTAL DO PASSIVO		1.726.567,0	1.685.120,3
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO		2.929.104,5	2.837.217,9

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luis Eduardo de Silva Barbosa

Eng.º Jean Carlos Angulo

Eng.º Filipe Sequeira Martins

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Jacques Lefèvre

Eng.º Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Dr. Manuel Luis Barata de Faria Blanc

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. José Alfredo de Almeida Honório
nomeado pela SECILPAR, S.L.

Nos termos do artigo 65.º, n.º 3, do Código das Sociedades Comerciais, consigno-se que o Dr. José de Almeida Honório, nomeado para exercício do cargo em nome próprio pela Secilpar, S.L., Sociedad Unipersonal, tendo votado contra o relatório de gestão e contas e apresentado declaração de voto, declarou também recusar a sua assinatura por falta de informação e por discordar do teor do n.º 4 do Capítulo I.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(milhares de euros)

	NOTAS	2001	2000
CUSTOS E PERDAS			
CUSTO DAS MERC. VEND. E MAT. CONSUMIDAS:			
Mercadorias		139.352,6	94.711,7
Matérias		218.182,8	198.015,6
		357.535,4	292.727,3
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		385.753,7	372.629,0
CUSTOS COM O PESSOAL:			
Remunerações		96.755,7	95.110,1
Encargos Sociais:			
Pensões	21	10.368,7	4.817,0
Outros		42.798,1	36.812,1
		149.922,5	136.739,2
AMORTIZAÇÕES DO IMOB. CORP. E INCORPÓREO	27	219.125,0	200.462,6
PROVISÕES		15.829,8	15.850,3
IMPOSTOS		5.897,3	6.218,4
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		1.611,4	2.181,8
		7.508,7	8.400,2
(A)		1.135.675,1	1.026.808,6
PERDAS RELATIVAS A EMPRESAS ASSOCIADAS	44	122,6	230,1
AMORT. E PROV. DE APL. E INV. FINANCEIROS	44	1.756,4	40,1
JUROS E CUSTOS SIMILARES:	44		
Relativos a Empresas Associadas		-	111,0
Outros		106.851,5	106.204,3
		106.851,5	106.315,3
(C)		1.244.405,6	1.133.394,1
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	45	42.766,4	15.729,0
(E)		1.287.172,0	1.149.123,1
IMPOSTO S/RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	54	63.615,8	89.920,1
INTERESSES MINORITÁRIOS		6.938,1	6.494,3
(G)		1.357.725,9	1.245.537,5
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		137.828,6	152.001,2
		1.495.554,5	1.397.538,7
PROVEITOS E GANHOS			
VENDAS:			
Mercadorias	36	29.875,3	54.675,6
Produtos	36	1.303.554,3	1.208.800,4
		1.333.429,6	1.263.476,0
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	36	52.242,1	52.543,9
VARIACÃO DA PRODUÇÃO		4.732,3	(978,3)
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA		1.027,2	2.064,1
PROVEITOS SUPLEMENTARES		13.485,8	11.749,1
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		14,8	224,0
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS		567,5	719,9
		14.068,1	12.693,0
(B)		1.405.499,3	1.329.798,7
GANHOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL:			
Relativos a Empresas Associadas	44	1.239,9	785,4
Relativos a Outras Empresas	44	1.366,9	1.020,8
REND. DE TÍTULOS NEGOC. E OUT. APL. FINANC.	44	369,3	278,4
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES	44	49.489,2	41.022,4
		52.465,3	43.107,0
(D)		1.457.964,6	1.372.905,7
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	45	37.589,9	24.633,0
(F)		1.495.554,5	1.397.538,7
RESULTADOS OPERACIONAIS: (B)-(A) =		269.824,2	302.990,1
RESULTADOS FINANCEIROS: (D)-(B)-(C-A) =		(56.265,2)	(63.478,5)
RESULTADOS CORRENTES: (D)-(C) =		213.559,0	239.511,6
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS: (F)-(E) =		208.382,5	248.415,6
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: (F)-(G) =		137.828,6	152.001,2

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Eng.º Jean Carlos Angulo

Eng.º Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Manuel Ferreira

Dr. Jacques Lefèvre

Eng.º Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc

Dr. João Salvador dos Santos Matias

Dr. José Alfredo de Almeida Honório
nomeado pela SECTILPAR, S.L.

Nos termos do artigo 65.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, consigna-se que o Dr. José de Almeida Honório, nomeado para exercício do cargo em nome próprio pela Seclpar, S.L., Sociedade Unipersonal, tendo votado contra o relatório de gestão e contas e apresentado declaração de voto, declarou também recusar a sua assinatura por falta de informação e por discordar do teor do n.º 4 do Capítulo I.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000**

(milhares de euros)

	2001	2000	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de Clientes	1.361.561	1.292.109	
Pagamentos a Fornecedores	(721.027)	(685.015)	
Pagamentos ao Pessoal	(154.591)	(139.605)	
FLUXO GERADO PELAS OPERAÇÕES	485.943	467.489	
Movimento Líquido do Imposto Sobre o Rendimento	(84.320)	(99.677)	
Outros Recebim./Pagamentos Relativos à Actividade	7.610	(1.325)	
FLUXOS GERADOS ANTES DAS RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS	409.233	366.487	
Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	1.310	3.488	
Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	(5.268)	(10.984)	
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)	405.275	358.991	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Investimentos Financeiros	12.240	15.833	
Imobilizações Corpóreas	15.947	30.461	
Imobilizações Incorpóreas	212	449	
Subsídios de Investimento	1.186	3.102	
Juros e Proveitos Similares	24.970	19.541	
Dividendos	1.179	1.001	
Outros	2.034	-	70.387
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Variações de Perímetro	5.252	381.193	
Investimentos Financeiros	68.549	10.087	
Imobilizações Corpóreas	198.801	156.846	
Imobilizações Incorpóreas	3.129	7.203	
Outros	6.587	1.539	556.868
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	(224.550)	(486.481)	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos	536.854	1.712.311	
Venda de Acções Próprias	10.962	30.294	
Outros	-	3.073	1.745.678
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Empréstimos	556.830	1.324.979	
Juros e Custos Similares	63.313	71.158	
Dividendos	91.473	70.807	
Pagamento de IRC/ ISD sobre Dividendos	6.945	5.050	
Aquisição de Acções Próprias	-	4.466	
Outros	446	9.484	1.485.944
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	(171.191)	259.734	
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1)+(2)+(3)	9.534	132.244	
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO	(15.274)	(15.605)	
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	187.338	70.699	
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	181.598	187.338	

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 45

REGISTO NA CMVM n.º 232

NIPC 501 829 288

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001, que evidencia um total de 2.929.105 milhares de Euro e capitais próprios de 1.091.076 milhares de Euro, incluindo um resultado líquido de 137.829 milhares de Euro, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração de Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, sobre aquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui, igualmente: a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado e os relatórios de auditoria emitidos por outros auditores sobre as demonstrações financeiras de empresas participadas, proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

- 2 -

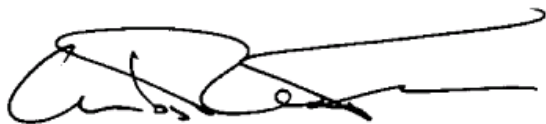
Opinião

4. Em nossa opinião, com base no exame efectuado e nos relatórios de auditoria de outros auditores, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfase

5. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2000 foram examinadas por outros Revisores Oficiais de Contas e a respectiva opinião sobre as mesmas, contida na Certificação Legal das Contas datada de 19 de Março de 2001, não contém quaisquer reservas.

Lisboa, 15 de Abril de 2002



FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS – SROC
Representada por Carlos Pereira Freire

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001, (que evidencia um total de 2.929.105 milhares de euros, um total de interesses minoritários de 111.462 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.091.076 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 137.829 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os resultados.

3 As demonstrações financeiras de algumas filiais e associadas, incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas foram examinadas por outros auditores.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame destas demonstrações financeiras consolidadas e nas opiniões expressas pelos auditores daquelas filiais e associadas.

Âmbito

5 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

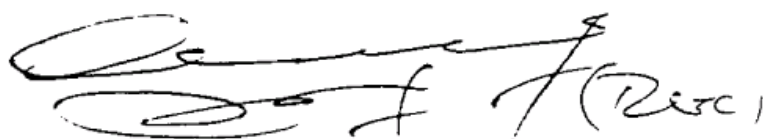
7 Entendemos que o exame efectuado e as opiniões expressas por outros auditores proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

8 Em nossa opinião, com base no exame efectuado e nas opiniões expressas por outros auditores, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2001, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 12 de Abril de 2002

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C.
representada por:



Carlos Marques Bernardes, R.O.C.

ACTA N.º 27

Aos catorze dias do mês de Maio de dois mil e dois, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu no Auditório da Culturgest, edifício da sede da Caixa Geral de Depósitos, na Rua do Arco do Cego, em Lisboa, a Assembleia Geral da CIMPOR-Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., Sociedade Aberta, Pessoa Colectiva n.º 500 722 900, com o Capital Social de seiscentos e setenta e dois milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 731.-----

Presidiu à reunião o Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que foi assistido pelo Vice-Presidente Dr. José António Cobra Ferreira e secretariado pelo Dr. Jorge Manuel da Costa Félix Oom, secretário da Sociedade. -----

Encontravam-se presentes os membros do Conselho de Administração, Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Presidente, Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa, Dr. Jacques Lefèvre, Eng.º Jean-Carlos Angulo, Eng.º Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura, Eng.º Luís Filipe Sequeira Martins, Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc, Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, Dr. João Salvador dos Santos Matias e Dr. Manuel Ferreira, não tendo podido comparecer o Dr. José Alfredo de Almeida Honório, por razões que justificou devidamente em carta enviada ao Presidente da Mesa. Estiveram igualmente presentes os membros do Conselho Fiscal, Eng.º Ricardo José Minotti da Cruz Filipe, Presidente, Dr. Carlos Manuel Pereira Freire, em representação de Freire, Loureiro e Associados – SROC e o Vogal Dr. José da Conceição da Silva Gaspar. -----

Verificando que a Assembleia havia sido convocada nos termos da Lei e dos Estatutos, o Presidente considerou estarem reunidas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, podendo deliberar validamente, pelo que declarou aberta a sessão, informando ainda de que não havia votos por correspondência e de que estavam presentes ou representados accionistas titulares de 115.399.595 acções, representativas de 85,86% do capital social, a que correspondiam 1.153.985 votos, conforme lista de presenças devidamente organizada e que fica arquivada na Sociedade.-----

Depois de ter saudado todos os accionistas presentes e os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Empresa, o Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles obteve a anuência da Assembleia para que fosse dispensada a leitura da Convocatória, de cuja Ordem do Dia constavam os seguintes pontos, dos quais os três últimos haviam sido aditados à Agenda inicial, a requerimento da accionista Secilpar, S.L.: -----

PONTO UM: Deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas do exercício de 2001; -----

PONTO DOIS: Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão, o balanço e as contas consolidadas do exercício de 2001; -----

PONTO TRÊS: Deliberar sobre a aplicação de resultados do exercício de 2001; -----

PONTO QUATRO: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade; -----

PONTO CINCO: Deliberar sobre a venda de acções próprias a trabalhadores que exerçam funções na CIMPOR ou em sociedades em que esta participe no capital social, bem como a Administradores, a realizar ao abrigo do Regulamento sobre Aquisição de Acções pelos Colaboradores – Ano de 2002; ---

PONTO SEIS: Deliberar sobre a alienação de acções próprias necessárias à execução dos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções aos quadros dirigentes do Grupo e aos membros do Conselho de Administração; -----

PONTO SETE: Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias; -----

PONTO OITO: Deliberar sobre a emissão de obrigações até ao montante de 750 000 000 € (setecentos e cinquenta milhões de euros); -----

PONTO NOVE: Deliberar sobre proposta de declaração de nulidade da deliberação do Conselho de Administração da sociedade de 1 de Agosto de 2001 de delegação de poderes de administração numa Comissão Executiva; -----

PONTO DEZ: Deliberar sobre proposta de declaração de nulidade da deliberação do Conselho de Administração relativa a “Prestação de Informações aos Membros do Conselho de Administração”, tomada na reunião de tal Conselho de 29 de Outubro de 2001; -----

PONTO ONZE: Deliberar sobre proposta de declaração de nulidade da deliberação da Comissão Executiva datada de 29 de Janeiro de 2002, relativa a um pedido de elementos efectuado pelo administrador Dr. José Alfredo de Almeida Honório. -----
(...)

Entrando-se na discussão do ponto três da ordem do Dia, o Presidente da Mesa leu a seguinte proposta de Aplicação de Resultados do Exercício de 2001, apresentada pelo Conselho de Administração: -----

“Tal como expresso nas demonstrações financeiras, o lucro líquido do exercício de 2001 cifrou-se em 137.828.611,07 euros. -----

Por aplicação do método de equivalência patrimonial, foram apropriados ganhos financeiros em filiais e associadas (incluídos naquele resultado) no montante de 179.217.705,17 euros. Deste valor, foram ou deverão ser ainda recebidos 151.716.096,70 euros, respeitantes a dividendos recebidos antecipadamente, a dividendos a receber no corrente exercício ou a lucros postos à disposição dos sócios/accionistas, conforme propostas de aplicação de resultados das empresas em causa. A diferença entre estes dois valores (27.501.608,47 euros) será posteriormente transferida da conta de Resultados

Transitados para a conta de Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas – Lucros não Atribuídos. -----

Por outro lado, de acordo com a legislação em vigor e os Estatutos da Empresa, a Reserva Legal deverá ser reforçada em, pelo menos, 5% do resultado líquido do exercício, até que o respectivo valor atinja 20% do capital social. -----

Assim, considerado o referido efeito dos lucros apropriados e ainda não recebidos das filiais e associadas, bem como aquela dotação obrigatória, fica disponível para outras aplicações o montante aproximado de 103,4 milhões de euros. -----

No respeito dos parâmetros definidos pelo Contrato de Sociedade, e de acordo com a política de distribuição de dividendos anteriormente enunciada, propõe-se a seguinte afectação daquele remanescente: -----

- um total de 94.080.000 euros para distribuição pelos accionistas, o que corresponde a um dividendo de 0,70 euros por acção (mais 2,9% que no ano transacto); -----
- mantendo critérios seguidos em anos anteriores, e conforme previsto na alínea d) do artigo 20º dos Estatutos, uma quantia de 1.350.000 euros para atribuição de gratificações aos Colaboradores que, no final de Dezembro, se encontravam ao serviço da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.; -----
- a importância sobrança para Resultados Transitados. -----

Em resumo, e fazendo referência às diferentes alíneas do artigo 20º dos Estatutos:-----

	------(euros)-----
Reserva Legal (alínea c))-----	6.900.000,00-----
Remunerações e Gratificações (alínea d))-----	1.350.000,00-----
Dividendos-----	94.080.000,00-----
Resultados Transitados-----	<u>35.498.611,07</u> -----
Total-----	137.828.611,07-- “-----

Após o representante do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral, António Alberto Pimenta França de Oliveira, se ter congratulado pela parcela do lucro líquido a ser distribuída como dividendos e de o accionista Domingos José Luís de Sá ter formulado um pedido de esclarecimento, prontamente prestado pelo Dr. Manuel de Faria Blanc, o Dr. Miguel Galvão Teles submeteu à votação a proposta apresentada, não se tendo verificado qualquer voto contra e havendo manifestado a sua abstenção os seguintes accionistas, titulares de 120.983 votos:-----

(...)

Assim, tendo os restantes accionistas presentes votado a favor da proposta, foi a mesma considerada aprovada. -----

Ainda no âmbito deste ponto da Ordem do Dia foi apresentada pelo accionista Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., a seguinte proposta: -----

“A forma de proceder à atribuição da verba que, segundo a Proposta de Aplicação de Resultados, se destina à Remuneração e Gratificação, previstas na alínea d), do nº1 do artigo 20º, dos Estatutos, deve ser definida em Assembleia Geral. -----

Nesse sentido, propõe-se que a Comissão de Vencimentos fique encarregada de fixar qual o montante dessa verba que deverá ser destinado ao Conselho de Administração e qual a quantia que deverá ser atribuída a cada um dos seus membros. -----

Propõe-se ainda que o montante remanescente seja atribuído pelo Conselho de Administração aos trabalhadores segundo a competência, produtividade e mérito que estes tenham demonstrado durante o ano de 2001.”-----

(...)

Após ter afirmado que quem delega pode sempre definir o âmbito da delegação, o Dr. Jorge Maria Bleck apresentou, em nome da Secilpar, S.L., a seguinte proposta, que foi lida pelo Dr. Miguel Galvão Teles: -----

“A Secilpar incorpora a proposta da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., aditando-lhe, quanto ao âmbito da delegação, a seguinte limitação: -----

A Comissão de Remunerações não poderá discriminar o administrador designado pelos accionistas minoritários, devendo cingir-se à aplicação de critérios por grupos de administradores executivos e não executivos, bem como aqueles que exercem funções de Presidente do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva.”-----

Considerando que as duas propostas apresentadas deveriam ser votadas em alternativa, o Presidente da Mesa sujeitou à votação, em primeiro lugar, a subscrita pela Secilpar, S.L., tendo votado a favor da mesma os seguintes accionistas: -----

(...)

Feita a contagem dos votos verificou-se ter esta proposta obtido um total de 261.971 votos favoráveis.-----

Passando-se seguidamente à votação da proposta apresentada pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., votaram a favor os accionistas seguintes: -----

(...)

Tendo-se procedido à contagem dos votos, nos termos estatutários, verificou-se ter esta proposta obtido 597.974 votos a favor. -----

Quando da votação desta propostas manifestaram a sua abstenção os seguintes accionistas, titulares de 156.477 votos: -----

(...)

Como os dois representantes do accionista "BANK OF NEW YORK AS CUSTODIAN OR TRUSTEE" tivessem votado em sentido diferente, 4 votos a favor da proposta da Secilpar, S.L., e 26.800 no sentido da abstenção, foram os mesmos considerados nulos, por força do disposto no artigo 385º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais. -----

Assim sendo, os votos a favor apurados em definitivo relativamente a cada uma das propostas apresentadas foram os seguintes: -----

Proposta da Secilpar, S.L. – 261.967 votos. -----

Proposta da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. – 597.974 votos. -----

Face aos resultados verificados, o Dr. Miguel Galvão Teles declarou aprovada a proposta subscrita pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., por 69,5% dos votos. -----

Pedindo a palavra, o accionista Dr. José António Cobra Ferreira declarou que havia votado a favor da proposta apresentada pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em prejuízo da subscrita pela Secilpar, S.L., pelo facto de nesta se fazer referência específica a um administrador, com o pretexto de prevenir a sua discriminação. -----

(...)

Depois de terminada a votação, o Dr. Luís Miguel Cortes Martins, representante da Cemolins Internacional, S.L. teceu um louvor à Mesa pela forma como havia conduzido os trabalhos da sessão. Agradecendo, em seu nome e no dos restantes membros da Mesa da Assembleia Geral o louvor que lhes havia sido dirigido, o Dr. Miguel António Monteiro Galvão Teles, após ter igualmente manifestado o seu agradecimento pela colaboração que havia recebido de todos os presentes, deu por encerrada a sessão, pelas catorze horas e quinze minutos, dela se lavrando a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e pelo secretário da Sociedade. -----

Quando do encerramento dos trabalhos estavam ainda presentes ou representados accionistas titulares de 115.397.055 acções, representativas de 85,86% do capital social, a que correspondiam 1.153.959 votos. -----